



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL 2018

Rio de Janeiro
2018



Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI

Presidente

Cláudio Vilar Furtado

Diretor de Administração

Júlio César Castelo Branco Reis Moreira

Coordenador-Geral de Logística e Infraestrutura

Alexandre Lopes Lourenço

Elaboração: **Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável**

(Portaria INPI/PR nº 036, de 09 de março de 2018)

Fernando Feruti

Divisão de Saúde Ocupacional

Cades Gomes

Serviço de Assuntos Especiais

Hélio Fontes

Serviço de Suprimentos

Lucas Kliemczak

Coordenação de Engenharia

Rodrigo Araujo

Serviço de Assuntos Especiais

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Economista Claudio Treiguer – INPI

I59c Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Brasil).

Plano de gestão de logística sustentável. / Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Diretoria de Administração. Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (Portaria INPI/PR nº 036, de 09 de março de 2018). Rio de Janeiro: INPI, 2018. .

45 f.; Fig.; gráf.; tabs.

1. INPI – Plano de gestão. 2. INPI – Logística sustentável. 3. INPI – Manuais e procedimentos.

I. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Brasil).

CDU: 658.567

Sumário

Apresentação	4
Contexto Institucional	5
Diagnóstico das ações implementadas	8
Tema 1: Material de consumo	9
Tema 2: Energia Elétrica	10
Tema 3: Água e esgoto	17
Tema 4: Coleta Seletiva Solidária	24
Tema 5: Qualidade de vida no trabalho	30
Tema 6: Compras e contratações sustentáveis	38
Tema 7: Eficiência do Gasto Público	43

Apresentação

O Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS é uma ferramenta de planejamento voltada para a inserção de práticas de sustentabilidade e de racionalização do gasto público. O Plano contempla ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação contínua.

O primeiro Plano de Gestão de Logística Sustentável - PGLS do INPI foi publicado em 2015. Em 2018 foi instituída nova Comissão Gestora do PGLS, por meio da Portaria INPI/PR nº 036, de 09 de março de 2018. Esta Comissão realizou o levantamento de dados e informações referentes às atividades de sustentabilidade em execução, consolidando-as nesta atualização do PGLS.

A atualização do Plano abrange o inventário de bens e planos de ações de sustentabilidade voltadas principalmente aos seguintes temas: consumo de energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos e coleta seletiva, material de consumo e material permanente, compras e contratações sustentáveis, redução e eficiência do gasto público.

Consideramos que a partir das diretrizes e ações estabelecidas no Plano de Gestão de Logística Sustentável, o Instituto, em conjunto com a sua força de trabalho, adotará cada vez mais uma cultura de comprometimento com a preservação do meio ambiente e com a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Contexto Institucional

Criado em 1970, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Economia, responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria.

Entre os serviços do INPI, estão os registros de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos integrados, as concessões de patentes e as averbações de contratos de franquia e das distintas modalidades de transferência de tecnologia. Na economia do conhecimento, estes direitos se transformam em diferenciais competitivos, estimulando o surgimento constante de novas identidades e soluções técnicas.

O Plano de Ação do INPI para 2018 definiu diretrizes, metas e iniciativas para nortear a atuação institucional, em alinhamento com as orientações estratégicas do MDIC, sendo fixadas três prioridades: 1) a redução do backlog de patentes em primeira instância; 2) a preparação do INPI para o Protocolo de Madri e 3) a solução da questão imobiliária do INPI, com destaque para o edifício A Noite e para o prédio da Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro.

A solução da questão imobiliária do Instituto objetiva assegurar que a autarquia disponha de sede própria adequada às suas necessidades e que o montante atualmente gasto com aluguéis e manutenção dos imóveis possa ser liberado para execução de outras despesas necessárias à melhoria operacional e administrativa.

As ações realizadas para solução da questão imobiliária – prioridade 3 – contaram com a participação da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável no projeto de desfazimento e destinação de bens e documentos localizados no Edifício A Noite, dando uma destinação ambientalmente correta e sustentável para os resíduos recicláveis e bens inservíveis localizados no Edifício.

A Unidade Sede do INPI se localiza no Rio de Janeiro/RJ. Além disso, o INPI tem unidades regionais em Brasília/DF, Fortaleza/CE, Vitória/ES, Goiânia/GO, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Recife/PE, Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC, São Paulo/SP e Aracaju/SE.

Em setembro/2017 foi publicado o Plano de Ação Regional INPI 2017 – 2022 pela Coordenação-Geral de Disseminação para a Inovação. Alinhada com a diretriz de contribuir para a redução do backlog de patentes, foi desencadeada a ação de estabelecer as unidades regionais como células de exame desconcentrado, tornando as unidades regionais extensões da ação do INPI nos Estados. Para viabilizar o projeto foi realizada em 2018 uma primeira seleção de servidores para posterior transferência, bem como ações de melhoria da infraestrutura das unidades. A diretriz de desconcentração da atuação do Instituto deve orientar o

Plano de Gestão de Logística Sustentável, monitorando e implementando ações relativas à sustentabilidade também nas unidades regionais.

O INPI conta com uma nova estrutura regimental, que foi estabelecida pelo Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016:

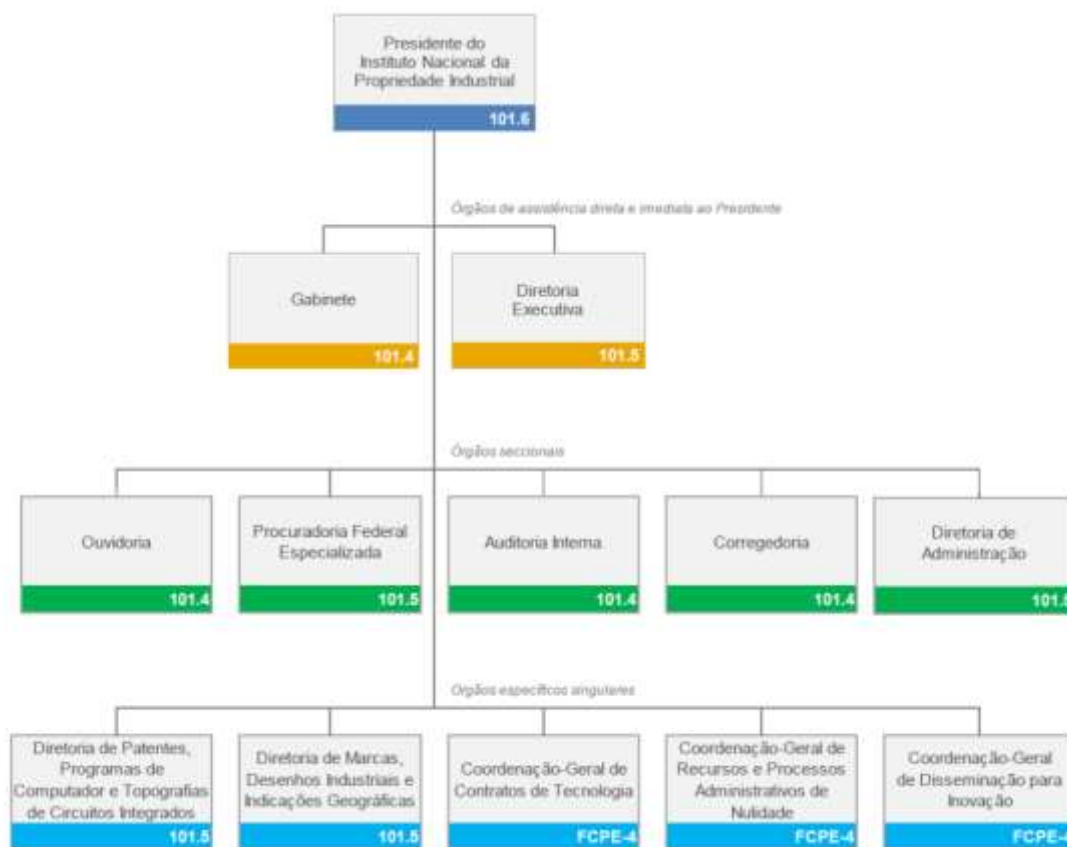


Figura 1: Organograma do INPI conforme Decreto nº 8.854/2016.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 estabelece no art. 23, inciso VI que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Considerando que a Administração Pública responde por uma grande parcela do consumo de recursos naturais, e o impacto das atividades realizadas pelo governo no meio ambiente, o cumprimento do comando constitucional deve começar pela prática da gestão pública.

As decisões relativas à sustentabilidade ambiental impactam o futuro do planeta e a qualidade de vida das próximas gerações. Sustentabilidade envolve justiça social, equilíbrio econômico e respeito ao meio ambiente. A sustentabilidade da gestão pública exige transpor o discurso para a prática, concretizando-o em ações. Com essa motivação foi proposto o Plano de Gestão Logística Sustentável - PGLS do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, cuja elaboração e implementação está a cargo de uma Comissão Gestora instituída especificamente para este fim.

Este Plano faz parte de um amplo e estruturado conjunto de iniciativas da administração pública federal, que visam promover o uso racional de recursos e a incorporação de práticas de sustentabilidade na cultura institucional dos órgãos públicos federais.

Nesse sentido, o presente Plano está amparado legal e normativamente em diversos dispositivos, a saber:

- I - o art. 225 da Constituição, que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;
- II - o Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006, que determina a separação de resíduos recicláveis descartados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta em benefício de associações e cooperativas de catadores de material reciclável;
- III - o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93 para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;
- IV - Portaria MP nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, que instituiu o Sistema Esplanada Sustentável (SisPES), direcionado ao monitoramento do consumo de energia elétrica e de água pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- V - a Instrução Normativa nº 10 de 12 de novembro de 2012, expedida pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável;

Diagnóstico das ações implementadas

O planejamento é um processo gerencial de formulação de programas de ações para a execução de um objetivo pré-estabelecido, em âmbito institucional.

Para a sua elaboração, torna-se necessária a realização de um diagnóstico, cujo resultado e recomendações servem de base para a identificação de oportunidades de melhorias, norteadas pela adoção de soluções que fizeram parte do Plano. Com base no Plano de Logística Sustentável 2015, procedeu-se ao levantamento das práticas de sustentabilidade adotadas, com objetivo de avaliar as ações em andamento e propor a atualização do Plano.

Foram identificados os seguintes tópicos vigentes no Plano 2015:

- Consumo de bens e recursos naturais (energia elétrica, água, papel);
- Coleta seletiva;
- Sensibilização e Conscientização,
- Compras Sustentáveis;
- Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho.

Para atualização do Plano redefinimos os tópicos em sete Temas de Sustentabilidade, adotando a metodologia proposta no art. 8º da IN SLTI 10/2012, que estabelece as regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável:

Tema 1: Material de consumo;

Tema 2: Energia elétrica;

Tema 3: Água e esgoto;

Tema 4: Coleta seletiva;

Tema 5: Qualidade de vida no ambiente de trabalho;

Tema 6: Compras e contratações sustentáveis;

Tema 7: Eficiência do Gasto Público.

Tema 1: Material de consumo

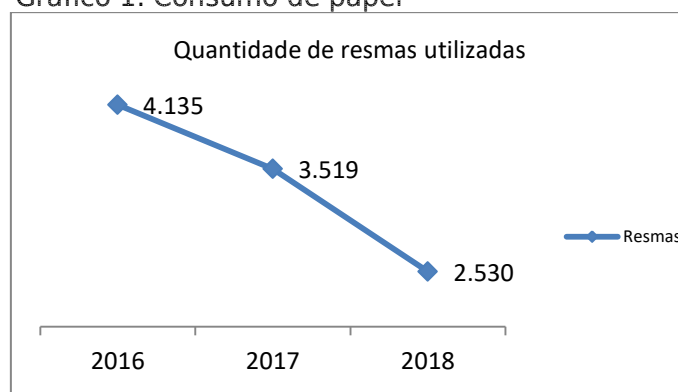
Unidade responsável: Serviço de Suprimentos – SESUP

Ação 1: Racionalização do consumo de materiais.

O Serviço de Suprimentos é responsável pela aquisição, armazenamento, distribuição e controle dos materiais de suprimento do Instituto.

Para cálculo dos indicadores per capita foi extraído do Portal da Transparência o quantitativo atual de servidores em exercício no INPI, que é de 1.257 servidores.

Gráfico 1. Consumo de papel



Fonte: Controle de estoque de suprimentos – Serviço de suprimentos

Ao longo de 2018 foi realizada a Implantação gradativa do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, eliminando o uso de papel nas atividades do Instituto.

Com a adoção completa do Sistema Eletrônico de Informações esperamos que o consumo de papel branco seja reduzido substancialmente.

Tabela 1. Indicadores para Copos Descartáveis

1	Indicadores para Copos Descartáveis	Consumo médio mensal (un.)
1.1	Consumo de copos descartáveis de 200 ml	2.083
1.2	Consumo per capita de copos descartáveis de 200ml	1,7
1.3	Consumo copos descartáveis de 50ml	0
1.4	Consumo per capita copos descartáveis de 50ml	0
1.5	Gasto com copos descartáveis	
1.6	Gasto com copos descartáveis em 2017	R\$ 1.000,00
1.7	Gasto com copos descartáveis em 2018	R\$ 1.000,00

Fonte: Controle de estoque de suprimentos – Serviço de suprimentos

Tema 2: Energia Elétrica

Unidade responsável: Coordenação de Engenharia e Arquitetura – CENGE.

Ação 2: Racionalização do consumo de energia elétrica.

Atividades realizadas:

- Vistoria diária e desligamento da iluminação dos escritórios dos edifícios no fim do expediente;
- Desativação da iluminação de espaços fora de uso no edifício “A NOITE”, exceto corredores para inspeção da vigilância;
- Atividades de manutenção continuadas para identificação de pontos de resistência e falhas no sistema elétrico que possam ocasionar elevação do consumo devido a perdas por Efeito Joule;

Resultados:

As medidas apresentadas já haviam sido implementadas em anos anteriores e não devem apresentar variação significativa. Entretanto os histogramas registram aumento de consumo, que pode ser decorrente de atividades de mudanças demandando um maior uso dos elevadores e aumento do uso da iluminação interna.

2.1 Indicadores de consumo de Energia Elétrica

2.1.1 Consumo de energia elétrica 2017/2018 no Ed. A Noite – Praça Mauá 7:

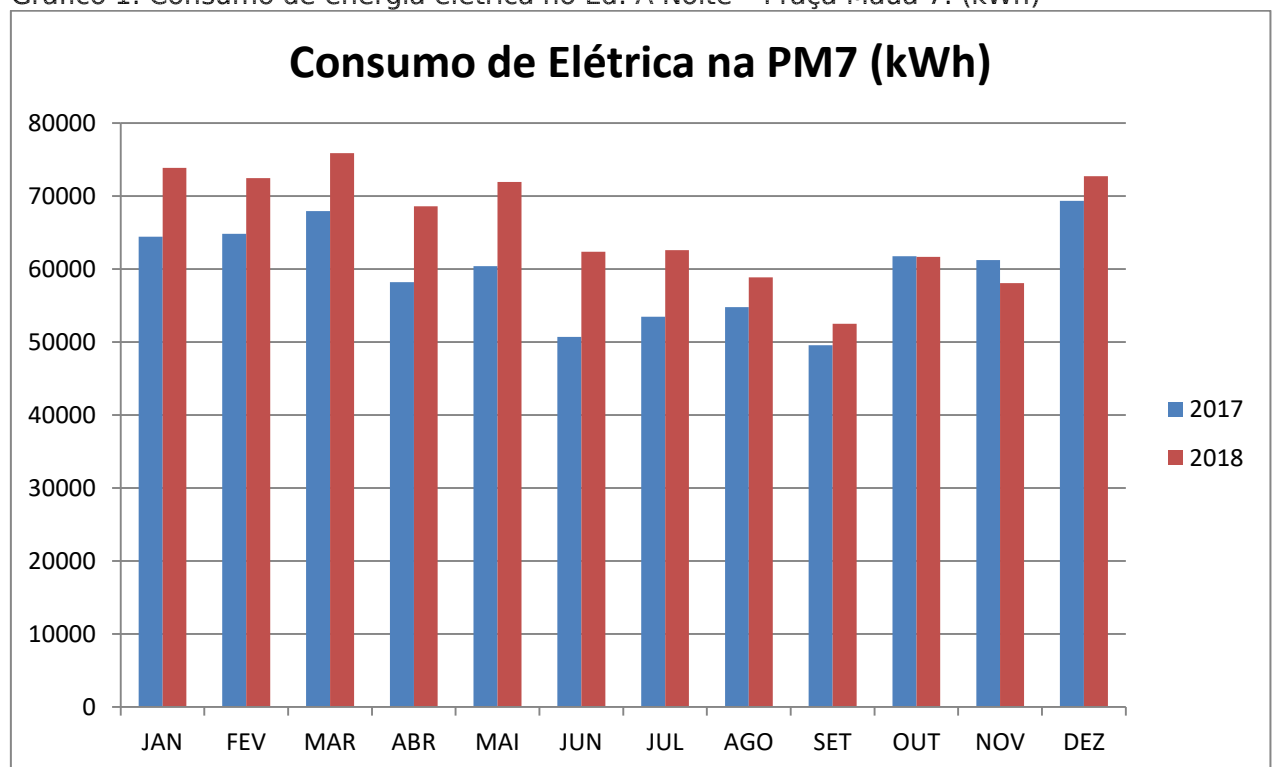
Tabela 2. Consumo de energia elétrica no Ed. A Noite – Praça Mauá 7.

ENERGIA ELÉTRICA ED. A NOITE - PRAÇA MAUÁ							
	2017			2018			2017-2018
Mês	kW.h	Valor líquido	kW.h/usuário	kW.h	Valor líquido	kW.h/usuário	Variação percentual (%)
JAN	64.419	R\$ 44.630,59	1.215,45	73.851	R\$ 57.273,88	1.393,42	6,82
FEV	64.797	R\$ 45.476,58	1.222,58	72.439	R\$ 56.684,35	1.366,77	5,57
MAR	67.939	R\$ 47.258,90	1.281,87	75.875	R\$ 59.881,84	1.431,60	5,52

	2017			2018			2017-2018
Mês	kW.h	Valor líquido	kW.h/usuário	kW.h	Valor líquido	kW.h/usuário	Variação percentual (%)
ABR	58.186	R\$ 49.461,29	1.097,85	68.568	R\$ 59.159,64	1293,74	8,19
MAI	60.403	R\$ 50.018,43	1.139,68	71.924	R\$ 64.620,66	1357,06	8,71
JUN	50.717	R\$ 45.002,10	956,92	62.370	R\$ 60.217,93	1176,79	10,30
JUL	53.470	R\$ 45.736,59	1.008,87	62.569	R\$ 66.649,03	1180,55	7,84
AGO	54.758	R\$ 47.218,73	1.033,17	58.835	R\$ 61.014,44	1110,09	3,59
SET	49.549	R\$ 43.523,89	934,89	52.476	R\$ 55.095,83	990,11	2,87
OUT	61.767	R\$ 50.502,88	1.165,42	61658	R\$ 60.584,72	1163,36	2,87
NOV	61.236	R\$ 53.642,12	1.155,40	58074	R\$ 56.476,02	1095,74	-0,09
DEZ	69.313	R\$ 57.670,87	1.307,79	72715	R\$ 61.960,79	1371,98	-2,65
Totais	716.554	R\$ 580.142,97	13.519,89	791.354	R\$ 719.619,13	14.931,21	

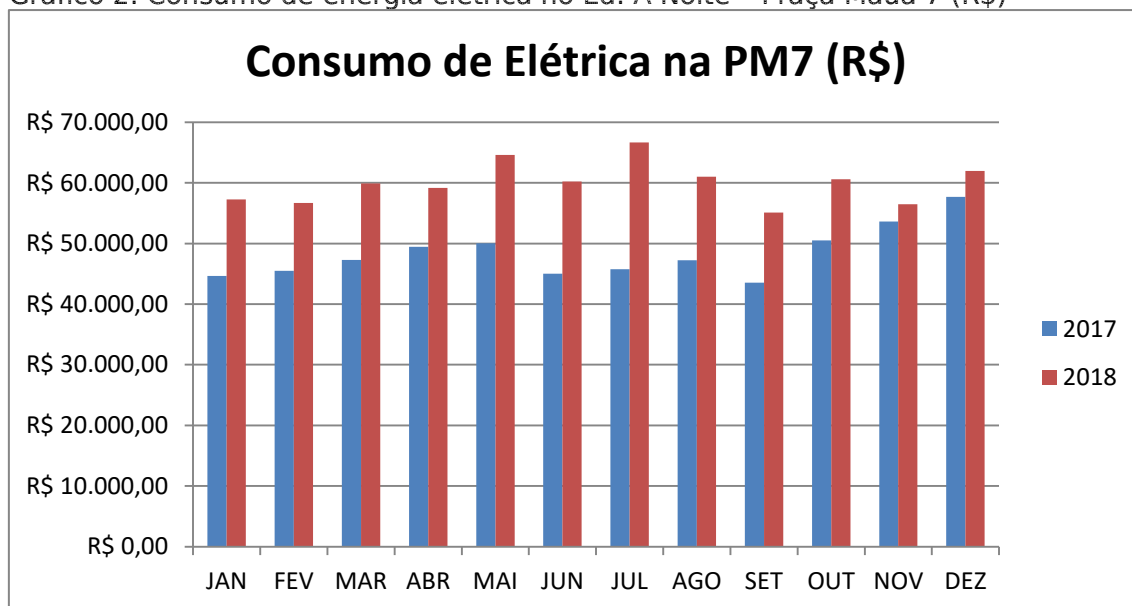
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 1: Consumo de energia elétrica no Ed. A Noite – Praça Mauá 7. (kWh)



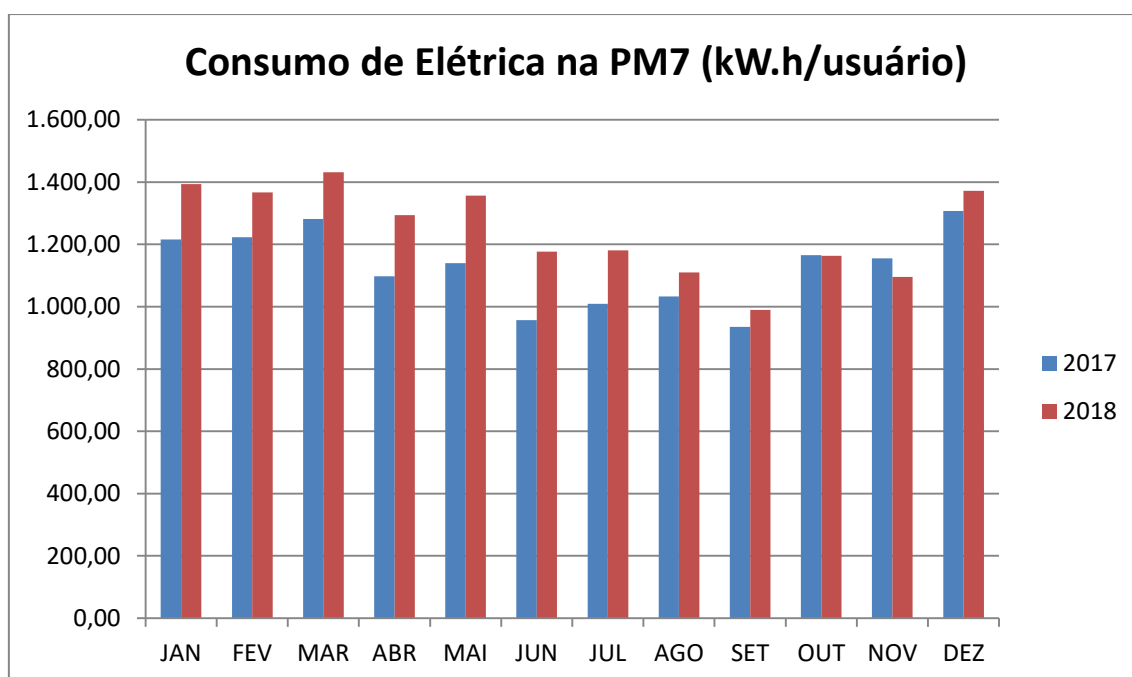
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 2: Consumo de energia elétrica no Ed. A Noite – Praça Mauá 7 (R\$)



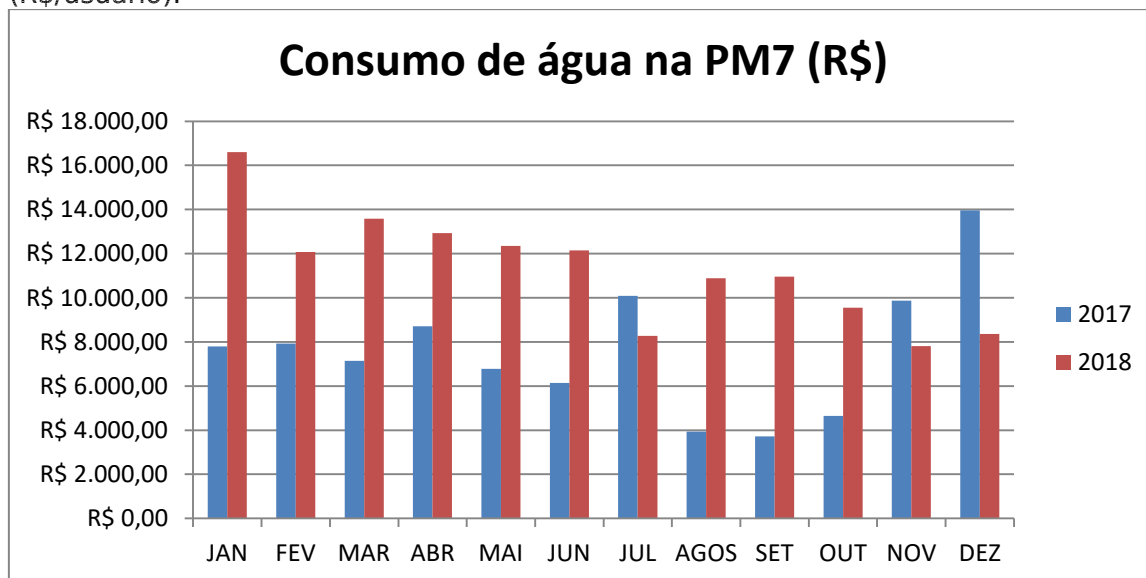
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 3. Consumo energia elétrica *per capita* Ed. A Noite – Praça Mauá 7 (kWh/usuário).



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 4. Consumo energia elétrica *per capita* Ed. A Noite – Praça Mauá 7 (R\$/usuário).



Fonte: elaboração própria.

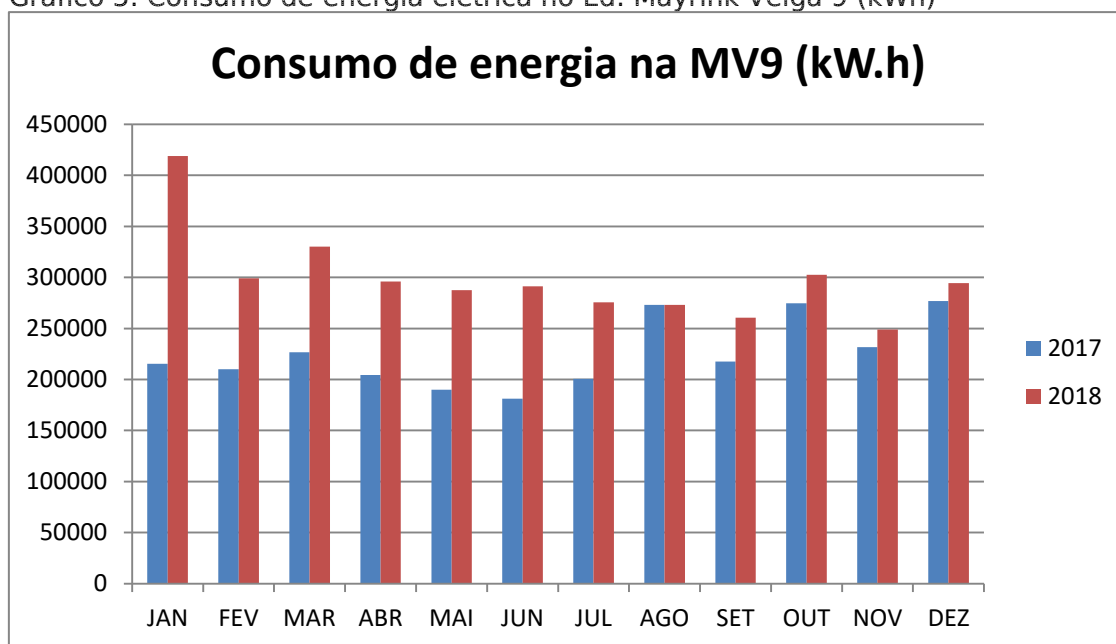
2.1.2 Consumo de energia elétrica 2017/2018 no Ed. Mayrink Veiga 9:

Tabela 3. Consumo de energia elétrica no Ed. Mayrink Veiga 9:

	2017		2018		2017-2018
Mês	CONSUMO	VALOR	CONSUMO	VALOR	Variação Consumo (%)
Jan	215.339,00	R\$ 156.987,27	418.898,00	R\$ 198.156,25	94,5%
Fev	209.947,00	R\$ 154.201,51	299.014,00	R\$ 215.837,69	42,4%
Mar	226.780,00	R\$ 167.240,51	330.142,00	R\$ 248.330,52	45,6%
Abr	204.251,00	R\$ 182.890,02	295.914,00	R\$ 256.749,78	44,9%
Mai	189.804,00	R\$ 169.188,73	287.315,00	R\$ 245.112,50	51,4%
Jun	181.265,00	R\$ 166.268,13	291.119,00	R\$ 260.872,01	60,6%
Jul	200.613,00	R\$ 174.189,20	275.423,00	R\$ 268.518,96	37,3%
Ago	273.007,00	R\$ 180.188,04	273.008,00	R\$ 254.176,10	0,0%
Set	217.523,00	R\$ 170.828,81	260.560,00	R\$ 249.678,22	19,8%
Out	274.468,00	R\$ 208.706,65	302.377,00	R\$ 274.790,00	10,2%
Nov	231.603,00	R\$ 176.383,61	248.928,00	R\$ 221.721,49	7,5%
Dez	276.931,00	R\$ 206.572,55	294.315,00	R\$ 226.839,02	6,3%
Total	2.701.531,00	R\$ 2.113.645,03	3.577.013,00	R\$ 2.197.432,03	32,4%

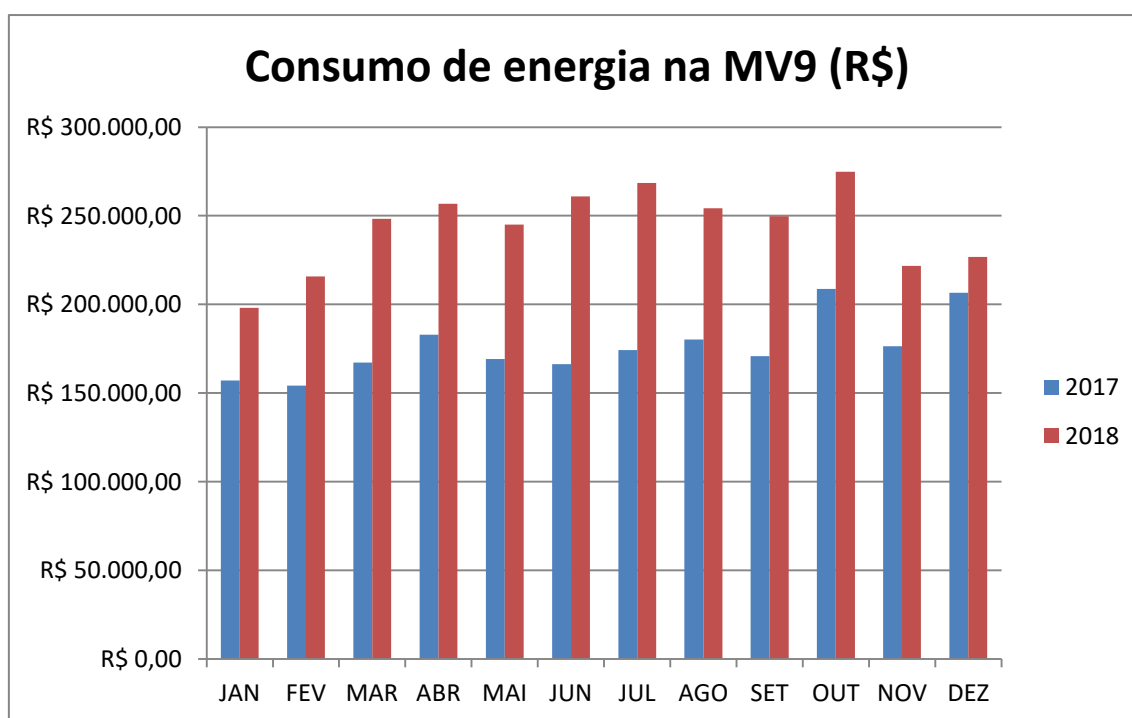
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 5: Consumo de energia elétrica no Ed. Mayrink Veiga 9 (kWh)



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 6: Consumo de energia elétrica no Ed. Mayrink Veiga 9 (R\$)



Fonte: elaboração própria.

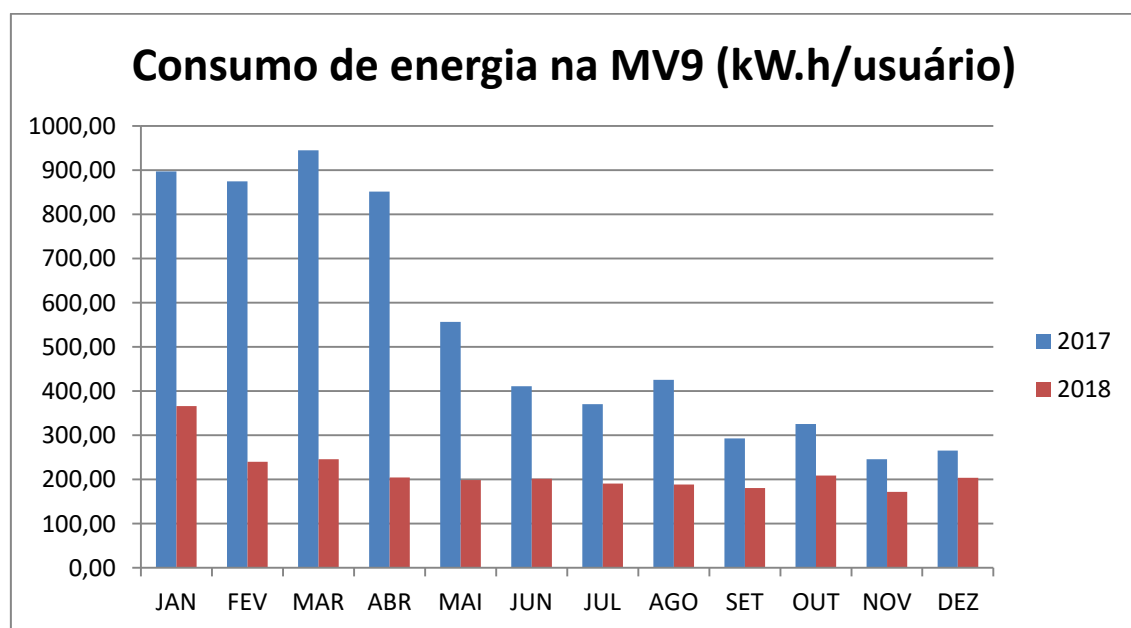
Tabela 4. Consumo de energia elétrica *per capita* no Ed. Mayrink Veiga 9:

LIGHT (Energia) - MV9							
	2017			2018			2018/2017
Mês	Pessoas *	CONSUMO por usuário (kW.h)	VALOR por usuário	Pessoas *	CONSUMO por usuário (kW.h)	VALOR por usuário	Variação per capita (%)
Jan	240	897,25	R\$ 654,11	1145	366,01	R\$ 173,14	-59,21%
Fev	240	874,78	R\$ 642,51	1245	240,17	R\$ 173,36	-72,54%
Mar	240	944,92	R\$ 696,84	1346	245,37	R\$ 184,56	-74,03%
Abr	240	851,05	R\$ 762,04	1446	204,64	R\$ 177,56	-75,95%
Mai	341	556,61	R\$ 496,15	1446	198,70	R\$ 169,51	-64,30%
Jun	441	411,03	R\$ 377,03	1446	201,33	R\$ 180,41	-51,02%
Jul	542	370,13	R\$ 321,38	1446	190,47	R\$ 185,70	-48,54%
Ago	642	425,24	R\$ 280,67	1446	188,80	R\$ 175,78	-55,60%
Set	743	292,96	R\$ 230,07	1446	180,19	R\$ 172,67	-38,49%
Out	843	325,58	R\$ 247,58	1446	209,11	R\$ 190,03	-35,77%
Nov	944	245,47	R\$ 186,95	1446	172,15	R\$ 153,33	-29,87%
Dez	1044	265,26	R\$ 197,87	1446	203,54	R\$ 156,87	-23,27%
Total		6460,29	R\$ 5.093,19		2600,48	R\$ 2.092,93	-59,75%

Fonte: elaboração própria.

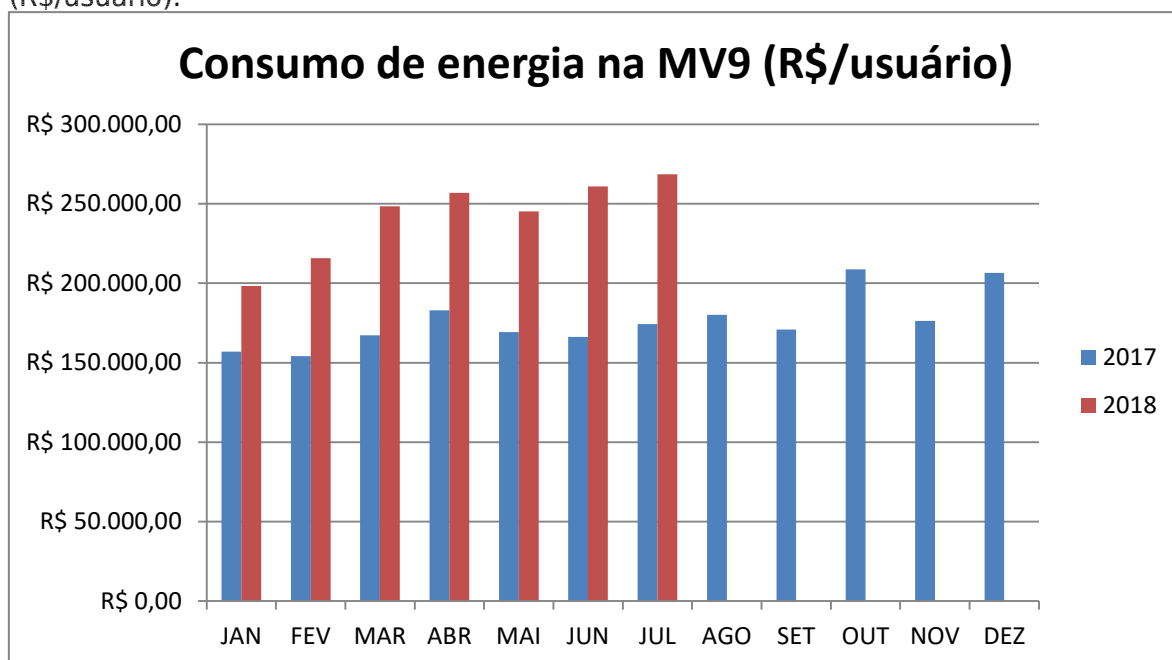
*A Variação de pessoas se deu em função de mudanças entre postos do SB1 e MV9 e considerou-se uma interpolação linear entre a quantitativo anterior e posterior de pessoas no prédio.

Gráfico 7: Consumo de energia elétrica *per capita* no Ed. Mayrink Veiga 9 (kWh/usuário).



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 8: Consumo de energia elétrica *per capita* no Ed. Mayrink Veiga 9 (R\$/usuário).



Fonte: elaboração própria.

2.1.3 Uso de lâmpadas fluorescentes eficientes

O INPI utiliza lâmpadas fluorescentes tanto no MV9 quanto no PM7. No sexto andar do MV9 o INPI usa lâmpadas de LED.

2.1.4 Uso de sistema de controle de iluminação por timer ou foto célula

Sistema de controle de iluminação por timer ou foto célula é adotado apenas no MV9.

2.1.5 Percentual de energia elétrica utilizada a partir de fontes renováveis de energia

O INPI não conta com fontes de energia renováveis na MV9 nem na PM7.

Tema 3: Água e esgoto

Unidade responsável: Coordenação de Engenharia e Arquitetura – CENGE.

Ação 3: Racionalização do consumo de água e esgoto.

Atividades realizadas:

- A atual empresa prestadora de serviço de manutenção da Sala-Cofre está implantando um sistema de reaproveitamento de água que é desperdiçada depois de escorrer pelas colmeias dos Dry-Coolers.
- Desativação de banheiros e tubulações de água e esgoto de espaços fora de uso no edifício “A NOITE”, com redução do risco de possíveis pontos de vazamento.
- Atividades de manutenção predial preventiva e corretiva para identificação de vazamentos.
- Registro e acompanhamento diário dos valores de consumo dos medidores de água e níveis das caixas d’água para identificação de possíveis vazamentos no edifício “A NOITE”.

Resultados:

De acordo com os histogramas o consumo de água vem sendo maior nos meses de 2018, comparado com 2017.

Com a implementação do sistema de reaproveitamento de água que é usado no Dry-Cooler do Edifício A Noite reavaliaremos os dados nos meses subsequentes.

Os gráficos abaixo foram obtidos por dados cedidos pelo Serviço de Administração Predial - SAPRA.

Destacamos que os dados de consumo do Edifício Mayrink Veiga se referem ao prédio inteiro, incluindo andares que não são ocupados pelo INPI, dado que não há medição individualizada.

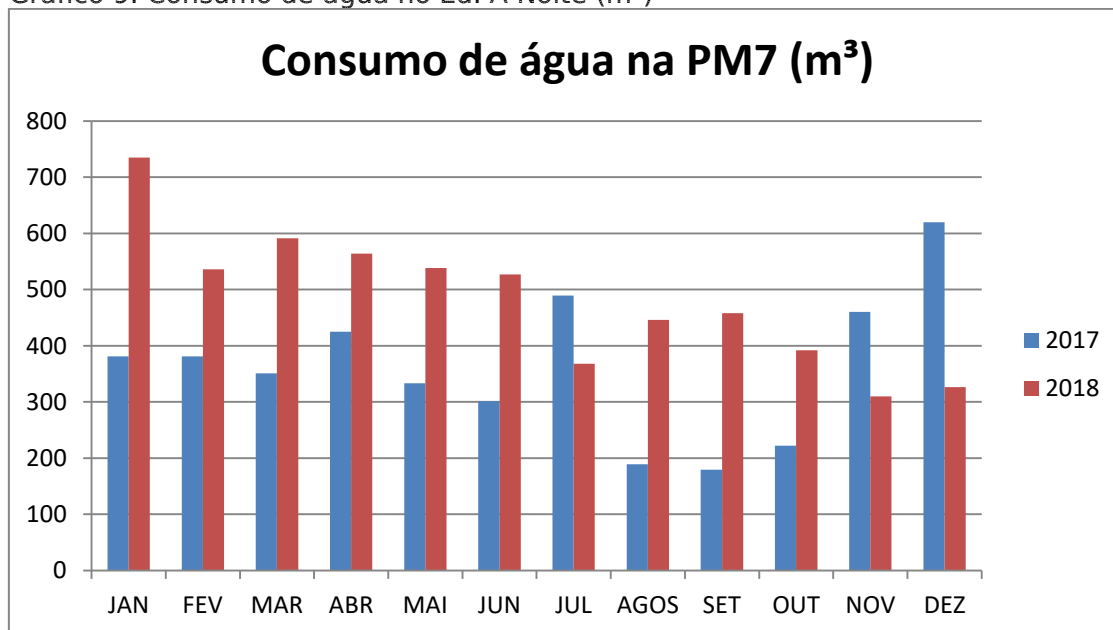
3.1 Consumo de água 2017/2018 no Ed. A Noite – Praça Mauá.

Tabela 5. Consumo de água no Ed. A Noite – Praça Mauá 7.

Consumo de água 2017/2018 no Ed. A Noite – Praça Mauá.					
	2017		2018		2017-2018
MÊS	Consumo m³	Custo R\$	Consumo m³	Custo R\$	Variação percentual de consumo (m³)
JAN	381	R\$ 7.791,98	735	R\$ 16.601,51	92,91%
FEV	381	R\$ 7.927,36	536	R\$ 12.072,91	40,68%
MAR	351	R\$ 7.137,22	591	R\$ 13.590,07	68,38%
ABR	425	R\$ 8.704,59	564	R\$ 12.925,12	32,71%
MAI	333	R\$ 6.778,69	538	R\$ 12.352,35	61,56%
JUN	301	R\$ 6.141,39	527	R\$ 12.145,75	75,08%
JUL	489	R\$ 10.086,97	368	R\$ 8.277,84	-24,74%
AGOS	189	R\$ 3.936,89	446	R\$ 10.888,23	135,98%
SET	179	R\$ 3.719,30	458	R\$ 10.960,00	155,87%
OUT	222	R\$ 4.653,36	392	R\$ 9.544,50	76,58%
NOV	460	R\$ 9.870,21	310	R\$ 7.803,04	-32,61%
DEZ	620	R\$ 13.967,36	326	R\$ 8.362,63	-47,42%
Total	4331	R\$ 90.715,32	5791	R\$ 135.523,95	33,71%

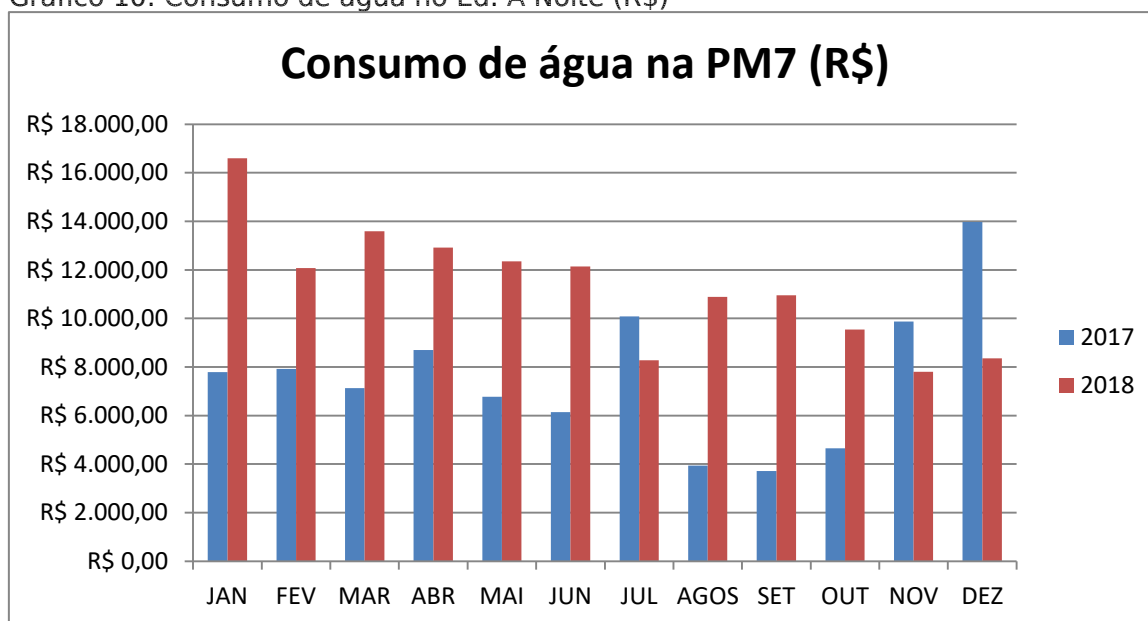
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 9: Consumo de água no Ed. A Noite (m³)



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 10: Consumo de água no Ed. A Noite (R\$)



Fonte: elaboração própria.

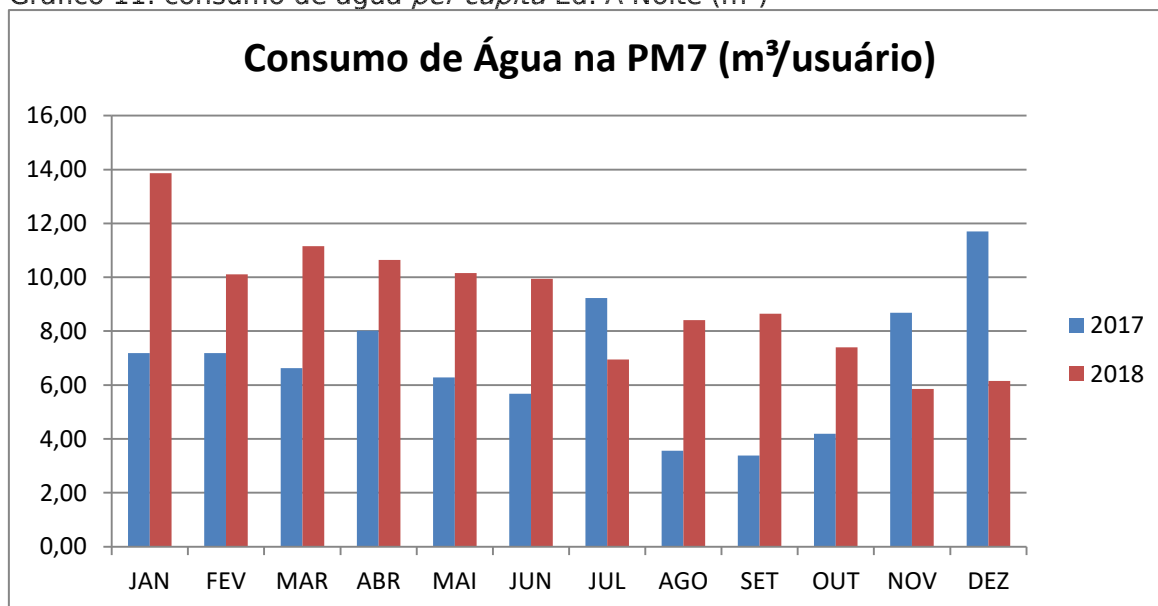
3.2 Consumo de água *per capita* 2017/2018 no Ed. A Noite – Praça Mauá 7.

Tabela 6. Consumo de água per capita no Ed. A Noite – Praça Mauá 7.

CEDAE (Água) - PM7			
	2017	2018	2017-2018
MÊS	m³ / usuário	m³ / usuário	Variação percentual de consumo (m³)
JAN	7,19	13,87	92,91%
FEV	7,19	10,11	40,68%
MAR	6,62	11,15	68,38%
ABR	8,02	10,64	32,71%
MAI	6,28	10,15	61,56%
JUN	5,68	9,94	75,08%
JUL	9,23	6,94	-24,74%
AGOS	3,57	8,42	135,98%
SET	3,38	8,64	155,87%
OUT	4,19	7,40	76,58%
NOV	8,68	5,85	-32,61%
DEZ	11,70	6,15	-47,42%
Total	81,72	109,26	33,71%

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 11: consumo de água *per capita* Ed. A Noite (m³)



Fonte: elaboração própria.

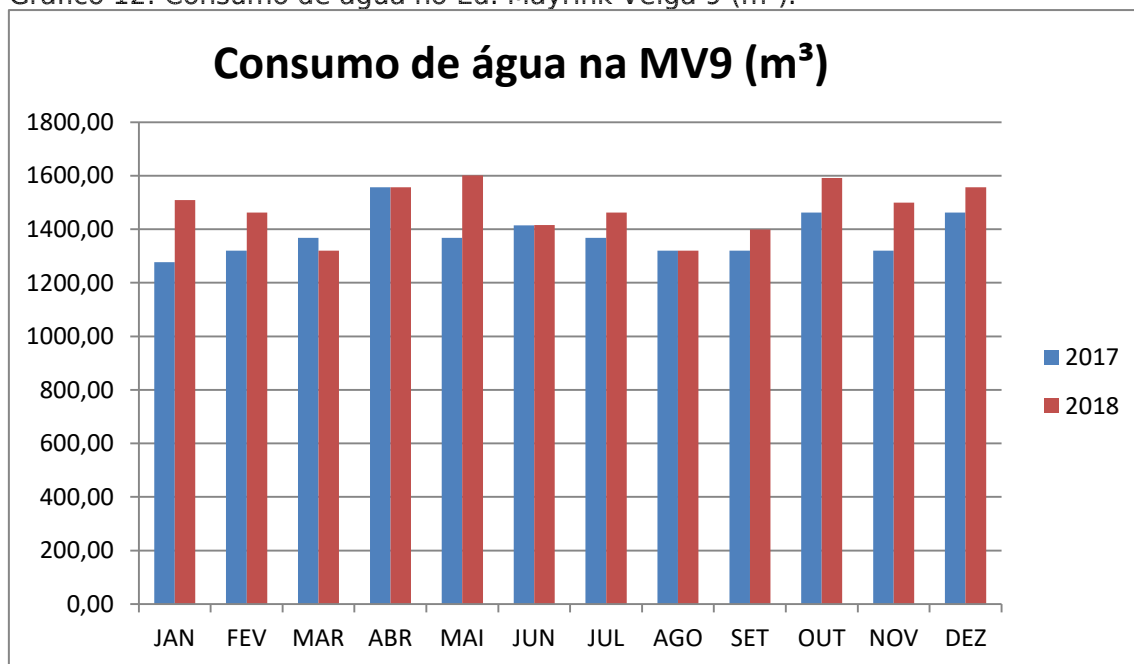
3.3 Consumo de água 2017/2018 no Ed. Mayrink Veiga 9.

Tabela 7. Consumo de água no Ed. Mayrink Veiga 9.

CEDAE (Água) - MV9					
	2017		2018		2017-2018
MÊS	CONSUMO (m³)	VALOR	CONSUMO (m³)	VALOR	Variação do consumo (m³)
JAN	1.276,79	R\$ 19.279,50	1.509,28	R\$ 24.950,69	18,2%
FEV	1.320,60	R\$ 19.939,86	1.462,10	R\$ 24.170,13	10,7%
MAR	1.367,80	R\$ 20.652,78	1.320,60	R\$ 21.830,94	-3,5%
ABR	1.556,50	R\$ 23.502,27	1.556,50	R\$ 25.731,23	0,0%
MAI	1.367,73	R\$ 20.652,78	1.601,38	R\$ 26.470,86	17,1%
JUN	1.415,00	R\$ 21.365,72	1.415,13	R\$ 23.392,03	0,0%
JUL	1.367,80	R\$ 20.736,79	1.462,10	R\$ 24.299,09	6,9%
AGO	1.320,60	R\$ 20.020,96	1.320,54	R\$ 21.947,42	0,0%
SET	1.320,60	R\$ 20.741,02	1.398,99	R\$ 23.251,17	5,9%
OUT	1.462,10	R\$ 22.963,43	1.591,35	R\$ 26.448,21	8,8%
NOV	1.320,60	R\$ 15.689,21	1.499,03	R\$ 24.913,80	13,5%
DEZ	1.462,10	R\$ 24.950,69	1.556,50	R\$ 29.062,40	6,5%
Total	16558,22	R\$ 250.495,01	17693,50	R\$ 296.467,97	6,9%

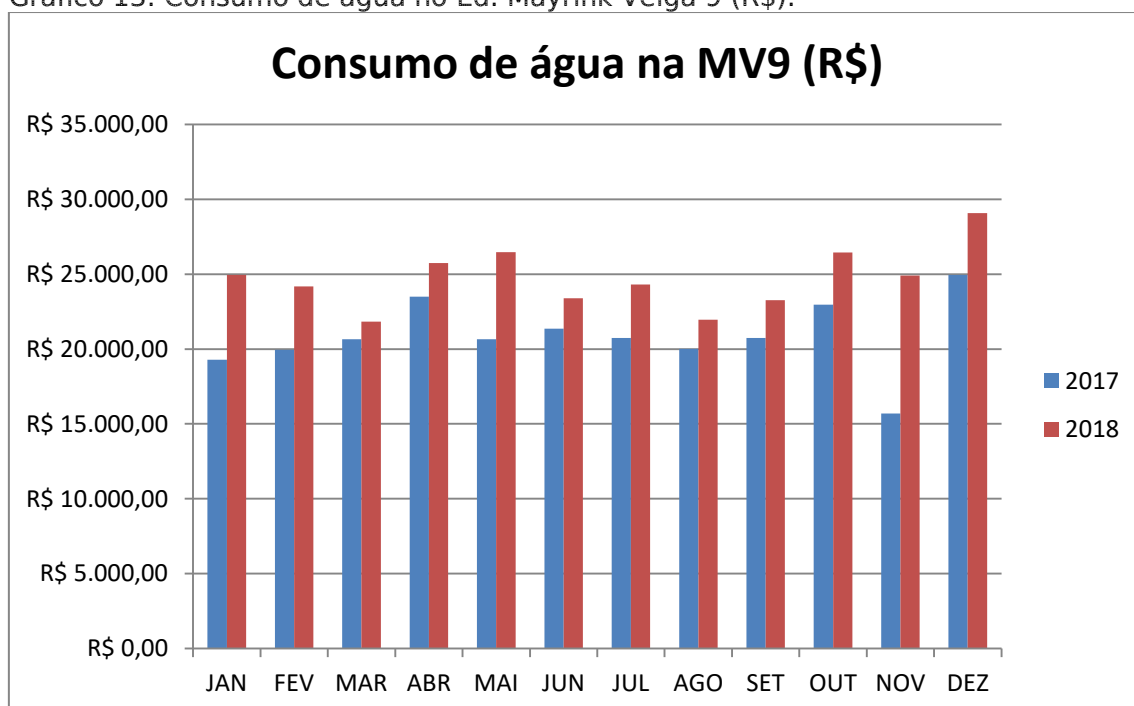
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 12: Consumo de água no Ed. Mayrink Veiga 9 (m³).



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 13: Consumo de água no Ed. Mayrink Veiga 9 (R\$).



Fonte: elaboração própria.

3.4 Consumo de água *per capita* 2018 no Ed. Mayrink Veiga 9.

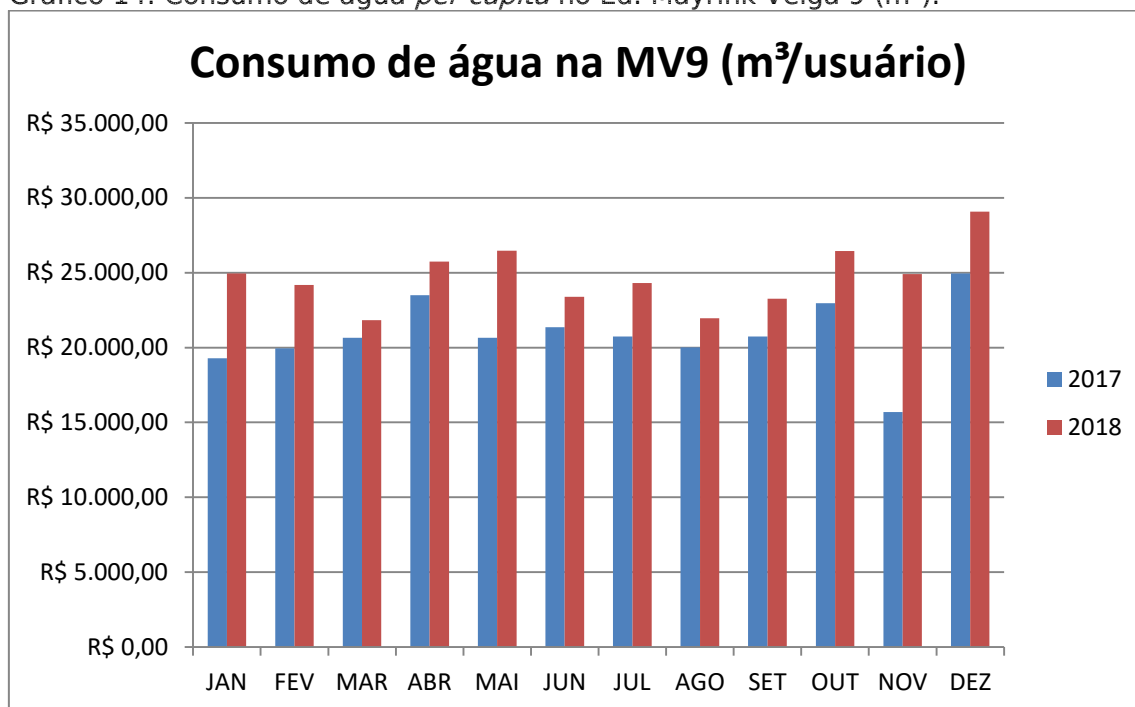
Tabela 8. Consumo de água *per capita* no Ed. Mayrink Veiga 9.

CEDAE (Água) - MV9					
	2017		2018		2017-2018
MÊS	Pessoas *	CONSUMO por usuário (m³)	Pessoas *	CONSUMO por usuário (m³)	Variação consumo (%)
JAN	240	5,32	1145	1,32	-75,2%
FEV	240	5,50	1245	1,17	-78,7%
MAR	240	5,70	1346	0,98	-82,8%
ABR	240	6,49	1446	1,08	-83,4%
MAI	341	4,01	1446	1,11	-72,4%
JUN	441	3,21	1446	0,98	-69,5%
JUL	542	2,52	1446	1,01	-59,9%
AGO	642	2,06	1446	0,91	-55,6%
SET	743	1,78	1446	0,97	-45,6%
OUT	843	1,73	1446	1,10	-36,5%
NOV	944	1,40	1446	1,04	-25,9%
DEZ	1044	1,40	1446	1,08	-23,1%
Total		41,12		12,74	-69,0%

Fonte: Elaboração própria.

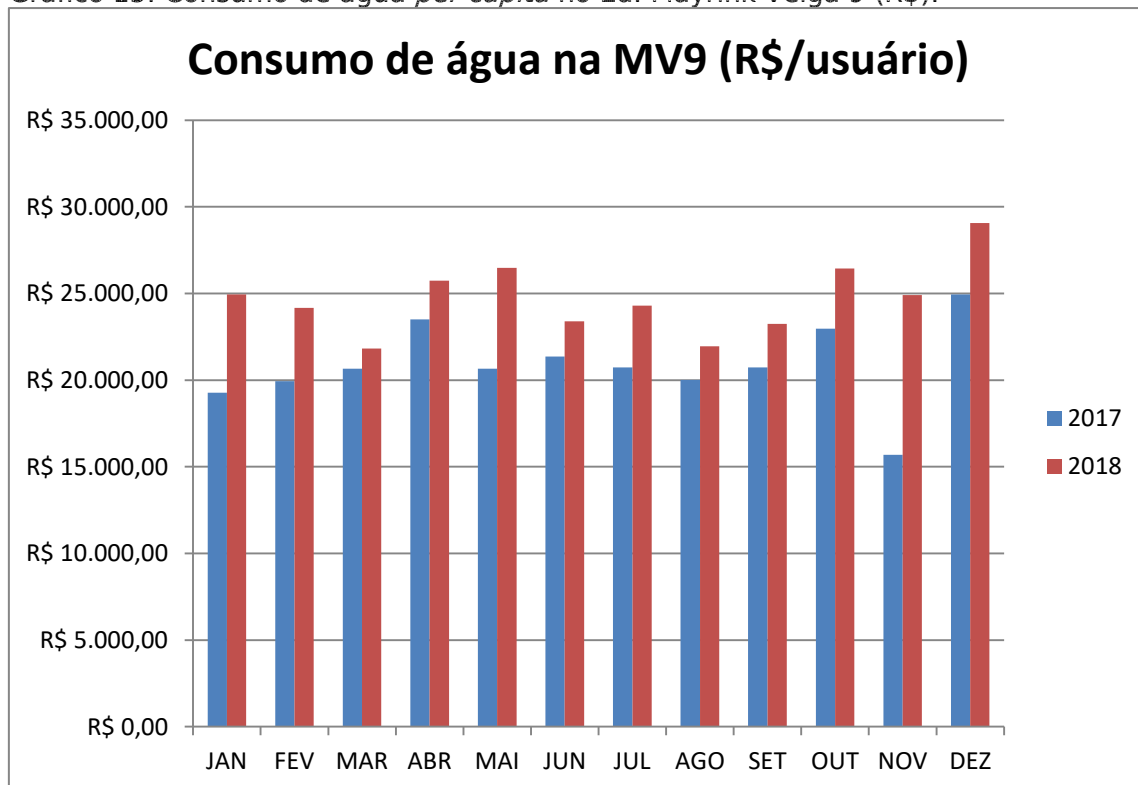
*A Variação de pessoas se deu em função de mudanças entre postos do SB1 e MV9 e considerou-se uma interpolação linear entre a quantitativo anterior e posterior de pessoas no prédio

Gráfico 14: Consumo de água *per capita* no Ed. Mayrink Veiga 9 (m³).



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 15: Consumo de água *per capita* no Ed. Mayrink Veiga 9 (R\$).



Fonte: elaboração própria.

Tema 4: Coleta Seletiva Solidária

Ação 4. Credenciamento de cooperativa para coleta de resíduos sólidos recicláveis

Após a publicação da Portaria INPI/PR nº 36/2018, que constituiu a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, foram iniciados os procedimentos necessários para credenciamento de cooperativa de catadores de material reciclável, nos termos do Decreto nº 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Em 05 de junho de 2018 foi credenciada a Cooperativa de Trabalho de Lixo Eletrônico – COOPERTRONI, conforme Termo de Compromisso nº 01/2018, que possibilitou o descarte ambientalmente responsável dos bens móveis inservíveis e dos documentos localizados no Edifício “À Noite”, bem como do banco de patentes localizados na empresa de guarda de documentos.

Cabe salientar que por se tratar de uma cooperativa, o valor do material processado será dividido entre os cooperativados. A adoção da Coleta Seletiva Solidária tem como princípio a transformação da cultura institucional da Administração Pública Federal, voltada para um novo modelo de gestão de resíduos, promovendo a inclusão social e econômica destes trabalhadores.

Ação 5. Destinação ambientalmente sustentável dos resíduos sólidos descartados do Edifício A Noite.

Esta ação se insere no Projeto Estratégico de Desfazimento e destinação de bens e documentos localizados no Edifício A Noite. O objetivo do projeto é realizar o desfazimento e a destinação final dos bens e documentos localizados no edifício.

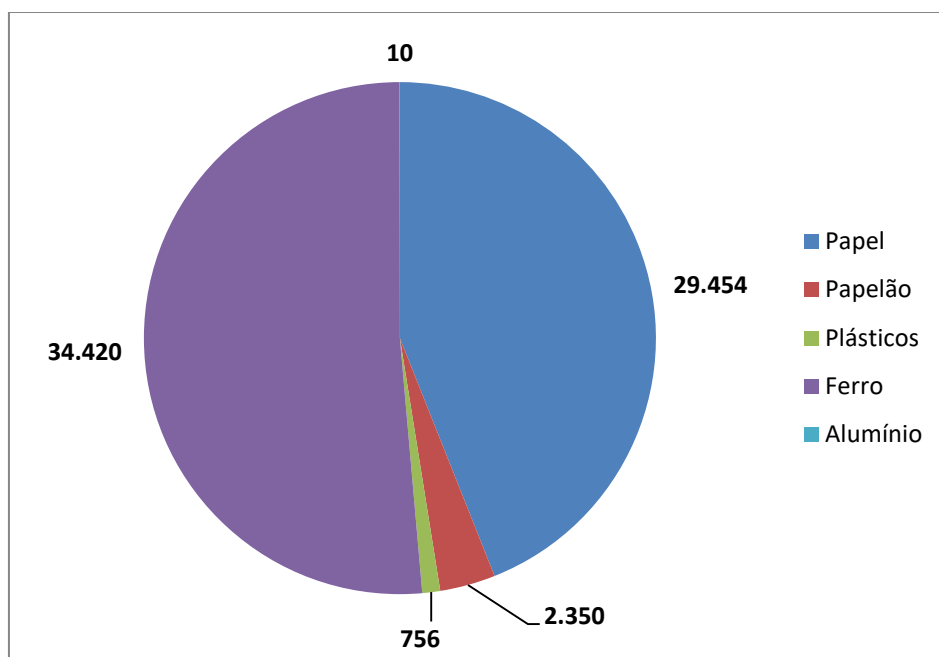
A alienação do edifício A Noite é uma das entregas prioritárias do Plano de Ação do Instituto para 2018 definidas pela Administração do INPI. Visa assegurar que a autarquia disponha de sede própria adequada às suas necessidades e que o montante atualmente gasto com aluguéis e manutenção de imóveis possa ser liberado para execução de outras despesas necessárias à melhoria operacional e administrativa.

A coleta dos resíduos recicláveis foi realizada à medida que as unidades responsáveis realizavam a identificação, avaliação e disponibilização do material.

Cumprir destacar que o projeto está em fase de conclusão e os resultados finais serão apresentados no PLS 2019.

Destaques da ação:

Gráfico 16 – Quantidade de material coletado no Ed. A Noite (Kg)



Fonte: Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável

Tabela 10 – Recursos naturais poupados

Recursos naturais poupados	
Árvores	954,1 árvores
Barris de petróleo	0,587 barril
Bauxita	50 kg
Minério de ferro	39.239 kg
Carvão	5.335 kg

Foto 1. Coleta de resíduos em 21 de junho de 2018.



Foto 2. Materiais destinados à coleta seletiva – sucata de informática.



Foto 3. Papel de gráfica deteriorado e sucata de informática.



Foto 4. Sucata de ar condicionado.



Foto 5. Compactação de materiais para reciclagem.



Ação 6. Eliminação ambientalmente sustentável do Banco de Patentes.

O Banco de Patentes do INPI foi formado a partir de 1976 com o recebimento pelo INPI de cópias da coleção completa dos documentos de patentes gerados por determinados países.

A partir da década de 1990, esta documentação passou a ser recebida em meio digital. E com o acesso a diversas bases de dados eletrônicas, a documentação em papel deixou de ser utilizada como fonte de busca desde o seu arquivamento.

Este Banco de Patentes não é formado por documentos arquivísticos, pois são cópias de documentos originais que se encontram nos respectivos países e órgãos onde foram produzidos. Dada a garantia de acesso a essas informações em bases de dados internacionais online, e em consonância com as regras estabelecidas pelo Arquivo Nacional, foi autorizada a eliminação dessa documentação.

Em abril de 2018 o armazenamento do Banco de Patentes, com cerca de 25.000 caixas, tinha em um custo mensal de R\$ 61.000,00 para o INPI.

Para eliminação dos documentos, que compreende o descarte de papel – um resíduo sólido reciclável, deve ser observado o Decreto nº 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Após assinatura do Termo de Compromisso nº 01/2018 com a Cooperativa de Trabalho COOPERTRONI, iniciou-se em agosto/2018 a coleta dos materiais no galpão da empresa responsável pela guarda documental – Iron Mountain.

Ao final do projeto, em novembro/2018, foram destinadas para reciclagem 26.190 caixas de documentos. Considerando o custo mensal de armazenagem de R\$ 2,44/caixa, a economia de recursos alcança a expressiva soma de R\$766.843,20 por ano.

Eliminação do “Banco de Patentes”

Foto 6. Coleta “Banco de Patentes”



Foto 7. Coleta “Banco de Patentes”



Destaques da ação:

- Economia de recursos públicos: R\$ 766.843,20 por ano.
- Quantidade de papel reciclado: mais de 192 toneladas.
- Recursos naturais poupados: menos 5.769 árvores cortadas para produção de papel.

Tema 5: Qualidade de vida no trabalho

Unidade responsável: Divisão de Saúde Ocupacional – DISAO.

1. OBJETIVOS:

- 1.1. Elevar o grau de motivação, orgulho e confiança do servidor para com o INPI;
- 1.2. Estabelecer uma visão holística da cultura de bem-estar e da valorização da qualidade de vida, na qual o servidor passa a ser um agente transformador de sua realidade, em um ciclo contínuo de melhoria nos campos pessoal e profissional,
- 1.3. Estimular a consciência do servidor sobre a importância de sua pró-atividade e de seu compromisso individual com a incorporação de hábitos saudáveis como principal fator para alcance de sua plena saúde física, mental, emocional e social.
- 1.4. Ser uma ferramenta estratégica para a redução dos índices de reajustes anuais aplicados ao plano de saúde disponibilizado pelo INPI aos seus servidores.
- 1.5. Contribuir para que o INPI seja uma referência na Política Gestão de Pessoas, em âmbito nacional.

2. AÇÕES IMPLEMENTADAS:

Ação 7:

2.1. Fisioterapia

É o conjunto de técnicas usadas no tratamento e na prevenção de doenças e lesões. O fisioterapeuta previne, diagnostica e trata disfunções do organismo humano, causadas por acidentes, má-formação genética ou vício de postura. Para isso, usa métodos como massagem e ginástica, com a finalidade de restaurar e desenvolver a capacidade física e funcional do paciente. Também faz tratamentos à base de água, calor, frio e aparelhos especiais. Além de ajudar na recuperação de pacientes acidentados e portadores de distúrbios neurológicos, cardíacos ou respiratórios, trabalha com idosos, gestantes, crianças e portadores de deficiência física ou mental.

Ação 8:

2.2. Acupuntura

A Acupuntura é um dos recursos terapêuticos da Medicina Oriental, já reconhecida pelo Ministério da Saúde, que consiste na inserção indolor de agulhas de diversos tipos, em pontos específicos da pele, com a intenção de estimular pontos cutâneos onde emergem os nervos periféricos.

O objetivo desta conduta é obter respostas reflexas através do sistema nervoso, visando, principalmente, a homeostase do organismo, o tratamento da dor e de diversas doenças em geral, de acordo com a OMS, com destaque a sua aplicação terapêutica em casos de saúde mental oriundos de questões psíquicas e de estresse.

Ação 9:

2.3. Auriculoterapia

A auriculoterapia é um sistema independente da acupuntura e uma especialidade dentro da Medicina Chinesa. Através da auriculoterapia podem ser tratadas cerca de 200 enfermidades, entre as quais estão: enfermidades de caráter funcional, enfermidades de caráter neurológico e psicótico: cefaléias, neurastenia, insônia dor, e etc. A auriculoterapia é um dos mais antigos métodos terapêuticos praticados na china.

Ação 10:

2.4. Ginástica Laboral

A Ginástica Laboral é um instrumento eficaz de melhoria da saúde física do corpo funcional, que reduz e previne problemas ocupacionais por meio de exercícios específicos realizados no próprio INPI.

O objetivo primordial da Ginástica Laboral é promover adaptações fisiológicas, físicas e psíquicas, por meio de exercícios dirigidos que: trabalham a reeducação postural, aliviam o estresse e diminuem as tensões acumuladas no trabalho; diminuem o sedentarismo; aumentam o ânimo para o trabalho; promovem a saúde e uma maior consciência corporal; aumentam a integração social; melhoram o desempenho profissional; previnem lesões e doenças por traumas cumulativos, como as LER (Lesões por Esforços Repetitivos) e os DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) e diminuem a fadiga visual, corporal e mental por meio das pausas para os exercícios.

A Ginástica Laboral disponibiliza um conjunto de atividades diversificadas e realizadas em espaço em espaço exclusivamente para esta finalidade, no período de 07h30minh às 18h00minh, onde são organizadas turmas formadas a partir de avaliações físicas prévias, que participarão de aulas de: Alongamento, Mix Laboral, Fortalecimento Muscular, Mat Pilates, Circuito Laboral, Kung Fu e atividades físicas específicas para gestantes.

Ação 11:

2.5. Odontologia

A procura pelos serviços odontológicos oferecidos pela DISAO deve-se a dois fatores: a inexistência de um plano odontológico que possa cobrir o tratamento de

todos os servidores e de seus dependentes, assim como a qualidade e segurança em relação aos serviços prestados pelos profissionais da área.

Na primeira consulta é realizada a anamnese do paciente para avaliação do estado geral da arcada dentária e da região bucal, identificando-se os problemas existentes e os tratamentos a serem promovidos para a recuperação da saúde bucal do paciente. São disponibilizados serviços de periodontia, endodontia e clínica geral, com ações de profilaxia, tais como remoção de tártaro, aplicação de flúor, passando por restaurações, obturações, tratamentos de canais, confecção de próteses provisórias e extração oral menor.

Ação 12:

2.6. Campanhas de Promoção, Prevenção e Vigilância

O INPI realiza diversas campanhas com foco na promoção, prevenção e vigilância em saúde junto aos servidores e seus dependentes. Em consonância com o cronograma de eventos do Ministério da Saúde, o INPI auxilia seus servidores na prevenção e combate aos principais fatores de risco à saúde, como o colesterol e triglicérides altos, diabetes, estresse, hipertensão arterial, obesidade, sedentarismo e tabagismo.

Dentre as diversas campanhas realizadas, destacam-se:

- A Campanha contra a Febre Amarela, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde – SES/RJ, com a aplicação de 260 (trezentas) doses, contemplando servidores ativos, aposentados, dependentes e terceirizados.
- A Campanha Anual de Vacinação contra a Gripe do INPI, nos meses de maio /junho, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde – SMS/RJ, visando a redução das ocorrências de natureza alérgicorespiratória e suas interações com outras patologias, com uma média 550 (quatrocentas) doses durante a campanha de 2018, contemplando servidores ativos, aposentados, dependentes e terceirizados.
- A Semana da Saúde e de Saúde Bucal realizada anualmente, entre os meses Setembro e Novembro, que inclui um leque diversificado de atividades de promoção da qualidade de vida e bem-estar. A campanha possui uma média de 500 atendimentos, com destaque para o “Circuito Saúde”, que inclui testes de Glicose, Colesterol, Aferição de Pressão Arterial, Peso, Altura, Percentual de Gordura, Cálculo do IMC, Perimetria Abdominal, Flexibilidade e Avaliação Postural. São também oferecidas terapias de shiatsu, reflexologia, auriculoterapia, massagem facial, além de palestras com temas atuais, como envelhecimento saudável, combate ao

sedentarismo, nutrição saudável, estresse e ergonomia. A partir de 2015, incorporou diretrizes da chamada Psicologia Positiva, trabalhando a vitalidade, mediante o cuidado com o corpo, a gratidão, expressando elogios e agradecimentos entre o corpo funcional e a generosidade, por meio de campanhas de doação de sangue e de mantimentos para instituições de caridade.

Destaca-se, ainda, a retomada dos exames periódicos em 2018, se constitui em ação estratégica do Programa Qualidade do INPI, com foco na obtenção do perfil geral de saúde do corpo funcional, que se constituem inputs relevantes para o realinhamento e aperfeiçoamento das ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde já desenvolvidos, e revitalização do Programa de Preparação para Aposentadoria - PPA, a partir de Outubro de 2018.

Em atenção às políticas de segurança no trabalho e acessibilidade, recomenda-se a elaboração de estudos preliminares para a futura implementação de Comissão Interna de Saúde dos Servidores Públicos (CISSP), equivalente à CIPA na iniciativa privada, o que permitirá a concepção de uma política interna mais avançada mediante atuação conjunta entre a Administração e o corpo de servidores por meio de Comissão Paritária, proporcionando maior engajamento e assimilação de uma cultura participativa e interativa na matéria.

Quanto a este ponto, destacam-se as seguintes ações:

1. A empresa JLL, responsável pela Administração do Edifício MV9 pelos proprietários, disponibiliza ramais internos para chamadas de emergência (Interfone – ramal 94 - no hall de elevadores nos andares e ramais 3728 / 3239 – sala de controle). O atendimento contempla remoção em UTI móvel para casos mais complexos que assim requeiram. Os ramais estão disponíveis 24 horas;

2. Encontra-se em tramitação proposta de Plano de Atendimento de Emergência – PAE para estabelecer os procedimentos adotados pelo INPI, com a publicação de ato interno em boletim de pessoal até o fim de 2018.

Outro aspecto de salutar importância versa sobre o estabelecimento de uma política institucional de acessibilidade, voltada para pessoas com deficiência e/ou com limitações de saúde, tanto no que se refere às condições laborais disponibilizadas aos servidores e terceirizados do INPI, quanto aos cidadãos que se dirijam ao Instituto, dada a natureza pública de sua atuação.

Há que se destacar a obrigatoriedade de reserva de percentual mínimo de vagas nos concursos públicos, exclusivamente destinadas a pessoas com deficiência. Portanto, o INPI necessita estar devidamente preparado para oferecer a esses servidores condições adequadas e dignas para o pleno e fiel exercício de suas funções, de acordo com o tipo e grau de deficiência, nos termos do Decreto 3298,

de 1999, alterado pelo Decreto 5296, de 2004.

Para tanto, recomenda-se a adoção dos critérios de acessibilidade referenciados pelo Relatório de Auditoria do TCU – Acessibilidade nos órgãos públicos federais, especialmente, o questionário indicado no Apêndice B deste relatório, bem como a Norma ABNT 9050, que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. O tema deve ser trabalhado conjuntamente entre a CGRH/DISAO, CGLI/CENGE e Administradora JLL, a fim de estabelecer as corresponsabilidades por parte do INPI e dos proprietários do Edifício, conforme legislação, contrato de locação e decisões administrativas firmadas entre as partes.

3. PLANO DE AÇÃO – DISAO/COADE/CGRH/DIRAD

AÇÕES	OBJETIVO	SETOR ENVOLVIDO	RESPONSÁVEL	META	CRONOGRAMA
Ginástica Laboral	Melhorar o Condicionamento Físico	DISAO	Fernando Feruti Sleiman	Atingir média de 400 participações / mês	01/01 a 30/04/2018
Reforço Muscular e Alongamento					
Avaliação Postural	Evitar ocorrência de LER/DORT	DISAO	Fernando Feruti Sleiman	Realizar 10 avaliações posturais por mês	01/01 a 30/04/2018
Fisioterapia do Trabalho	Reabilitação Funcional	DISAO	Fernando Feruti Sleiman	Realizar 400 atendimentos mensais	01/01 a 30/04/2018
Saúde Bucal	Proporcionar a prevenção e tratamento bucal	DISAO	Fernando Feruti Sleiman	Realizar 300 atendimentos mensais	01/01 a 30/04/2018

4. Indicadores de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

ORD	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	TOTAL	MÉDIA MENSAL
1	Participação dos servidores nas ações de ginástica laboral, reforço muscular e alongamento	Quantidade de servidores que participaram da atividade	Mensal	14.978	1.248
2	Avaliações posturais realizadas nas estações de trabalho	Quantidade de servidores que participaram da atividade	Mensal	383	32
3	Atendimentos fisioterápicos realizados	Quantidade de atendimentos de fisioterapia realizados	Mensal	4.615	385
4	Atendimentos odontológicos a servidores e dependentes	Quantidade de atendimentos odontológicos realizados	Mensal	4.998	417

4.1. Indicador Global de participação dos servidores no Programa de Qualidade de Vida:

ORD	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	TOTAL	MÉDIA MENSAL
4.1.	Percentual de participação de servidores nos programas e/ou ações voltadas à qualidade de vida no trabalho= $(a)/(b) \times 100$	(Quantidade de servidores participantes / total de servidores do INPI) $\times 100$	Mensal	42%	42%

4.2. Indicadores para Segurança no serviço e acessibilidade

ORD.	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	OUTRAS PROVIDÊNCIAS
4.2.1.	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA/CISPP)	No momento, não há CIPA (CISPP) no INPI. JLL, responsável pela Administração do Edifício MV9 pelos proprietários, disponibiliza ramais internos para chamadas de emergência (Interfone – ramal 94 - no hall de elevadores nos andares e ramais 3728 / 3239 – sala de controle). O atendimento contempla remoção em UTI móvel para casos mais complexos que assim requeiram. Os ramais estão disponíveis 24 horas. Encontra-se em tramitação proposta de Plano de Atendimento de Emergência – PAE para estabelecer os procedimentos adotados pelo INPI nos casos emergenciais.	Elaborar estudo preliminar de viabilidade de implementação da CISSP (CIPA), com prospecção de seu funcionamento em outras entidades federais para referência – Prazo estimado para entrega da 1ª versão: 6 (seis) meses.
4.2.2.	Brigada contra incêndios	Existe brigada civil contra incêndios contratada pela JLL, responsável pela Administração do Edifício MV9, com atuação de brigadistas por 24 horas. A COPEM está designada para a revitalização da brigada voluntária do INPI (BEVINPI).	Verificar com a COPEM as ações previstas e respectivos para a retomada da BEVINPI.
4.2.3.	Acesso apropriado para portadores de deficiência	Critérios atendidos de acessibilidade / Total de critérios recomendados x 100	Sugere-se o “Questionário indicado no Anexo B do Relatório de Auditoria do TCU – Acessibilidade nos órgãos federais – Edição 2012” como um referencial para o estabelecimento dos critérios recomendados. Indica-se, ainda, a Norma ABNT 9050, que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

5. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS/DESAFIOS:

5.1. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros necessários á manutenção /diversificação das ações desenvolvidas no Programa Qualidade de Vida.

5.2. Ampliar e melhorar a infraestrutura física (espaço disponível, instalações elétricas, hidráulicas, divisórias, equipamentos) para oferecer um atendimento adequado aos servidores usuários.

5.3. Conciliar a tendência ampliação de metas individuais de forma a possibilitar a participação dos servidores aos programas.

5.4. Manter o engajamento e participação dos servidores em trabalho remoto às ações do Programa Qualidade de Vida.

5.5. Ampliação de ações de qualidade de vida aos servidores das unidades regionais do INPI, notadamente a partir de seu fortalecimento mediante a ampliação dos quadros funcionais por meio do Projeto de Desconcentração de Exames, que contempla 58 (cinquenta e oito) vagas para atuação nas demais Unidades Federativas do país, conforme edital publicado,

5.6. Aprofundar a interatividade entre o INPI e a Administradora JLL para o sucesso na implementação de ações conjuntas com foco na segurança do trabalho, brigada voluntária e acessibilidade no âmbito do Edifício Mayrink Veiga, considerando os deveres legais e contratuais já estabelecidos e que demandam, em determinados, aspectos, decisões administrativas entre as partes para a execução integrada destas ações.

Tema 6: Compras e contratações sustentáveis

6.1 Introdução

O Tema Compras e Contratações Sustentáveis abrange tanto a adoção de critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações realizadas pelo Instituto quanto as medidas de redução do gasto público.

Na fase de diagnóstico identificamos que as unidades requisitantes de materiais e serviços já preveem no Termo de Referência os critérios de sustentabilidade específicos de cada objeto.

Além disso, a unidade responsável pelas compras e contratações – a Coordenação de Licitações e Contratos – COLIC insere requisitos de sustentabilidade em cláusula específica dos contratos quando aplicável àquele serviço.

O diagnóstico das compras e contratações sustentáveis do Instituto revela que a adoção de critérios de sustentabilidade ocorre de forma transversal e amplamente disseminada.

Propõe-se como medida de melhoria a elaboração de indicadores de desempenho para as compras e contratações sustentáveis no próximo ciclo de acompanhamento e gestão do Plano de Gestão de Logística Sustentável.

6.2 Compras e contratações com critérios de sustentabilidade.

Ação 13: Previsão de critérios de sustentabilidade na contratação de serviço de coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos produzidos no ambulatório médico/odontológico, localizado no edifício do INPI.

Unidade responsável: Divisão de Saúde Ocupacional – DISAO.

Processo nº 52402.007211/2018-81 – contratação em andamento.

Requisitos de sustentabilidade previstos:

- Gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, proteger a saúde pública, redução do volume e de periculosidade dos resíduos perigosos, de acordo com os objetivos e princípios adstritos à L12305 - Presidência da República.
- Que sejam utilizados produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e às especificações determinadas pela ANVISA;
- Que seja observada a Resolução CONAMA Nº 020/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- Alvará Sanitário emitido por órgão competente com validade vigente;

- Comprovante de Treinamento e Capacitação dos funcionários envolvidos na coleta, transporte e disposição final dos resíduos (subitem 2.5 da RDC nº 306/2004 – ANVISA);
- Licença ambiental para a disposição final dos resíduos coletados (Resolução nº 237/1997 – CONAMA e subitem 2.6 da RDC nº 306/2004 – ANVISA);
- Licença de Operação (LO) do aterro sanitário, para onde serão destinados os resíduos, emitida pelo órgão responsável do Estado do domicílio do Aterro (Resolução nº 237/1997 – CONAMA).

Ação 14: Previsão de critérios de sustentabilidade na aquisição de material de consumo com fornecimento programado.

Unidade responsável: Serviço de Suprimentos – SESUP

Pregão Eletrônico nº 05/2018 / Processo nº 52400.226755/2017-80

Requisitos de sustentabilidade:

Os materiais ofertados deverão:

- Ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Ser certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas com o menor volume possível, que utilizar materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento;
- Ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

Ação 15: Previsão de critérios de sustentabilidade na execução de serviços continuados de copeiragem, com fornecimento de mão de obra e insumos.

Unidade responsável: Coordenação de Serviços, Materiais e Patrimônio – COPEM

Processo nº 52402.004359/2018-64 / Pregão nº 03/2018

Observações: Em 21 de maio de 2018 o INPI assinou o Contrato nº 04/2018 com a empresa FORTE LIMP ADM E SERVIÇOS EIRELI, vencedora do pregão. Entretanto, devido ao inadimplemento das obrigações contratadas, o contrato foi rescindido unilateralmente. Está em andamento a contratação da segunda colocada com

fundamento no art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666/93, que dispensa a licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior.

Requisitos de sustentabilidade:

- Utilizar produtos, preferencialmente, sustentáveis e de menor impacto ambiental.
- Utilizar produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagens que utilizem materiais recicláveis e atóxicos, conforme determinam as normas da ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, de forma a garantir a máxima proteção durante sua utilização, transporte e armazenamento;
- Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Resolução RDC Nº 35/2008 da ANVISA.
- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, por parte de seus empregados lotados no INPI, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08/10/2003 e Instrução Normativa SLTI nº 01/2010.
- Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

Ação 16: Exigir nos contratos de prestação de serviços que a empresa ofereça, gratuitamente, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados conforme a área de trabalho de seus funcionários e a natureza de seus serviços, atendendo a Norma Regulamentadora nº 06 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como a instituição de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme item 9.3, subitem 9.3.5.5 da Norma Regulamentadora nº 09 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Contrato nº 06/2018 – Prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação.

Cláusula Sétima, Item 45 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Contrato nº 04/2018 – Prestação de serviços de copeiragem com fornecimento de mão de obra e insumos.

Cláusula Sétima, Item 9.1.42 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Contrato nº 22/2017 – Serviços de Engenharia para escoramento de lajes e vigas.

Cláusula Sétima, item 32 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Contrato nº 13/2017 – Prestação de serviços de limpeza.

Cláusula Sétima, Item 38 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Contrato nº 03/2017 – Prestação de serviços de saúde ocupacional.

Cláusula Sétima, Item 42 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Ação 17: Previsão de requisitos de sustentabilidade em contratos de limpeza.

Pregão 47/2015: Licitação para contratação de serviços de limpeza nas dependências do Escritório de Difusão Regional Sul I – DIREG/RS.

Pregão 04/2017: Licitação para contratação de serviços de limpeza nas dependências da Coordenação de Relações Institucionais de São Paulo – COINS/SP.

Requisitos de sustentabilidade:

- É vedado o uso de saneantes domissanitários de Risco II conforme Resolução ANVISA RE nº 913/2001.
- É permitido o uso de saneantes produzidos com substâncias biodegradáveis estabelecidas na resolução ANVISA RDC 180/2006 e desinfetantes previstos na resolução ANVISA RDC 34/2010.
- Descarte sustentável de produtos poluidores, substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, racionalização do consumo de energia e água, capacitação dos empregados, reciclagem / destinação adequada dos resíduos, utilização sempre que possível de água de reuso, resolução CONAMA Nº 20/1994 (ruído dos equipamentos de limpeza);
- Descarte sustentável de materiais potencialmente poluidores;
- Observar práticas de sustentabilidade previstas na IN nº 01/2010

Ação 18: Previsão de requisitos de sustentabilidade em serviços de manutenção de ar condicionado.

Pregão 19/2017 - Manutenção preventiva e corretiva de sistema de ar condicionado central do tipo MULTISPLIT VRV, com fornecimento de material e consumo e reposição, nas dependências do escritório da Coordenação de Relações Institucionais de São Paulo (COINS-SP), localizado na Rua Tabapuã nº 41 – 4º Andar – São Paulo (SP).

Requisitos de sustentabilidade:

- Utilizar na limpeza dos componentes dos equipamentos de ar condicionado produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde;
- Na execução dos serviços a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA 340/2003 nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Tema 7: Eficiência do Gasto Público

O Programa de Eficiência do Gasto Público, coordenado pela Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, está alinhado com as demais iniciativas de eficiência e sustentabilidade propostas pelo Governo Federal. O objetivo geral do programa é melhorar a qualidade do gasto público por intermédio da eliminação do desperdício e da melhoria contínua da gestão de processos, com a finalidade de otimizar a prestação de bens e serviços aos cidadãos.

Os objetivos específicos são:

- Promover o uso eficiente dos recursos públicos;
- Estimular a troca de boas práticas;
- Conscientizar os servidores públicos;
- Incentivar o desenvolvimento de estudos para aprimorar a qualidade do gasto.

Observamos que o Sistema PEG, desenvolvido para apoiar o Programa de Eficiência do Gasto Público, atualmente não está operante. Apesar disso, em caráter de diagnóstico elencamos as ações realizadas pelo INPI que tiveram impacto positivo na melhoria do gasto público.

Propõe-se que na elaboração do PLS 2019 a Comissão Gestora do PLS, em conjunto com os gestores das unidades competentes, identifiquem oportunidades de melhoria do gasto, definindo as ações necessárias e estabelecendo indicadores e metas para acompanhamento das ações.

Nesta fase de diagnóstico do PLS Identificamos sete ações realizadas em 2018 por diversas unidades do INPI que obtiveram redução do gasto público.

O resultado dessas ações totaliza uma economia de recursos de R\$6.443.984,65 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) por ano.

As ações e os resultados obtidos estão dispostos no quadro a seguir:

Ação	Objeto / Descrição	Despesa anual anterior	Despesa anual após redução	Redução do gasto público	Economia obtida	Unidade
Ação 19. Renegociação contratual e prorrogação da vigência do Contrato 10/2016 por mais um período de 12 meses, com início em 16/04/2018.	Serviço de conexão à internet.	126.000,00	88.149,60	37.850,40	30%	CGTI
Ação 20. Renegociação de preços por ocasião da prorrogação de vigência do Contrato nº 31/2014 - Guarda de documentos. 6º Termo Aditivo.	Em conjunto com o Diretor de Administração e o Coordenador-Geral de Logística e Infraestrutura, o Gestor do Contrato empreendeu negociação, inicialmente recusando a prorrogação do contrato. Cientes da posição do Instituto como um dos maiores clientes da empresa, os gestores obtiveram expressiva redução do valor unitário cobrado pelo item Armazenamento do acervo documental arquivístico. Além disso, mediante negociação a contratada aceitou realizar sem custo a movimentação das caixas de documentos do Banco de Patentes, o que foi crucial para o sucesso da Ação 6.	8.656.482,24	5.882.977,92	2.773.504,32	32%	DIRAD / CGLI DIGED
Ação 6. Eliminação ambientalmente sustentável dos documentos do extinto Banco de Patentes Internacionais do CEDIN	Eliminação dos documentos do extinto Banco de Patentes. Após assinatura do Termo de Compromisso nº 01/2018 com a Cooperativa de Trabalho COOPERTRONI, iniciou-se em agosto/2018 a coleta dos materiais no galpão da empresa responsável pela guarda documental – Iron Mountain. Ao final do projeto, em novembro/2018, foram destinadas para reciclagem 26.190 caixas de documentos.	766.843,20	0,00	766.843,20	100%	DIGED /SAESA

Ação	Objeto	Despesa anual anterior	Despesa anual após redução	Redução do gasto público	Economia obtida	Unidade
Ação 21. O EDIR/SE, em Minas Gerais, teve suas instalações removidas em meados de 2018 para o complexo da FIEMG, com consequente redução nos gastos mensais da unidade	Locação de imóvel e serviços de vigilância	434.400,00	0	434.400,00	100%	CGDI
Ação 22. Renegociação contratual e prorrogação da vigência do contrato nº 08/2017 por um período de 12 meses com início em 04/05/2018	Suporte técnico especializado, com direito a atualização de versões do software Commvault Simpana na modalidade suporte Premium	184.999,92	90.000,00	94.999,92	51%	CGTI / CGLI
Ação 23. Realização do Pregão Eletrônico nº 15/2017 para nova contratação, com vistas a substituir o Contrato nº 21/2012.	Contratação de empresa para prestação de serviços pela garantia de disponibilidade e atualização da infraestrutura do parque tecnológico do INPI de forma continuada.	5.738.937,48	3.478.471,91	2.260.465,57	39%	CGTI / CGLI
TOTAL		15.907.662,84	9.539.599,43	6.368.063,41	40 %	

Este documento foi elaborado com a Ecofont Vera Sans, que economiza até 26% de tinta na impressão em comparação com a fonte Arial, tamanho 11. Seu princípio de economia se baseia na inclusão de pequenos círculos vazios dentro dos traços que formam as letras; estas, por sua vez, dispensam a tinta que seria utilizada para preenchê-las durante a impressão.